
**RELAÇÕES ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO EM
MUNICÍPIOS DE ENTORNO: aplicando o conceito de comunidade portal no Caminho
das Araucárias (RS/SC)**

RELATIONS BETWEEN PROTECTED AREAS AND TOURISM IN NEIGHBORING
MUNICIPALITIES: applying the gateway community concept to the Caminho das
Araucárias (RS/SC)

RELACIONES ENTRE ÁREAS PROTEGIDAS Y TURISMO EN LAS
MUNICIPALIDADES ALEDAÑAS: aplicación del concepto de comunidad portal al
Caminho das Araucárias (RS/SC)

Michel Bregolin

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Programa de Pós-Graduação em Turismo e
Hospitalidade (PPGTURH) e em Administração (PPGA), Caxias do Sul, Brasil.

mbregolin@ucs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4050-7557>

Laura Rudzewicz

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Centro de Ciências Socio-Organizacionais e
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Pelotas, Brasil.

laurarud@ufpel.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4855-6107>

Bruna Borges Monteiro

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Curso de Bacharelado em Turismo,
Caxias do Sul, Brasil.

bbmonteiro@ucs.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1044-9245>

Thalia Ferreira Alves

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Programa de Pós-Graduação em Turismo e
Hospitalidade (PPGTURH), Caxias do Sul, Brasil.

tfalves1@ucs.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5537-8795>

RESUMO

Tendo por base o conceito de comunidade portal, o artigo analisa as relações existentes entre as Unidades de Conservação e o turismo em municípios de entorno no contexto da Trilha de Longo Curso Caminho das Araucárias (RS/SC), Brasil. Por meio de uma abordagem mista, exploratória e descritiva, são analisadas fontes documentais, abrangendo sites das UCs e das prefeituras municipais, Planos de Manejo, além de dados abertos sobre prestadores de serviços e empregos formais do setor turístico, visando apurar diferenças de vinculação entre as UCs e o desenvolvimento do turismo nos municípios de entorno. Concluiu-se que, entre os dez municípios analisados, Cambará do Sul (RS), Praia Grande e Urubici (SC) cumprem atualmente requisitos para serem compreendidos como comunidades portais dos Parques Nacionais de Aparados da Serra, Serra Geral e São Joaquim. Diante disso, o estudo evidencia a importância do processo de criação, implantação e gestão das UCs considerar esse tipo de análise para compreender o impacto das dinâmicas turísticas associadas a esses espaços em suas repercussões sobre o desenvolvimento local e regional.

Palavras-chave: Parques Nacionais; Comunidades Portais; Trilhas de Longo Curso; Desenvolvimento Regional; Brasil.

ABSTRACT

Based on the concept of portal community, the article analyzes the relationship between protected areas and tourism in the surrounding municipalities in the context of the Caminho das Araucárias Long Distance Trail (RS/SC), Brazil. Using a mixed, exploratory and descriptive approach, documentary sources were analyzed, including the websites of the protected areas and municipal governments, Management Plans, as well as open data on service providers and formal jobs in the tourism sector, in order to determine differences in the links between the protected areas and the development of tourism in the surrounding municipalities. It was concluded that, of the ten municipalities analyzed, Cambará do Sul (RS), Praia Grande and Urubici (SC) currently meet the requirements to be understood as gateway communities to the Aparados da Serra, Serra Geral and São Joaquim National Parks. In view of this, the study highlights the importance of the process of creating, implementing, and managing protected areas considering this type of analysis in order to understand the impact of the tourist dynamics associated with these spaces and their repercussions on local and regional development.

Keywords: National Parks; Gateway Communities; Long Distance Trails; Regional Development; Brazil.

RESUMEN

Basándose en el concepto de comunidad portal, el artículo analiza la relación entre las áreas protegidas y el turismo en los municipios circundantes en el contexto del Sendero de Gran Recorrido Caminho das Araucárias (RS/SC), Brasil. Mediante un enfoque mixto, exploratorio y descriptivo, se analizaron fuentes documentales, incluyendo los sitios web de las áreas protegidas y de las municipalidades, los Planes de Gestión, así como datos abiertos sobre prestadores de servicios y empleos formales en el sector turístico, con el objetivo de identificar diferencias en los vínculos entre las áreas protegidas y el desarrollo del turismo en los

municípios circundantes. Se concluyó que, de los diez municipios analizados, Cambará do Sul (RS), Praia Grande y Urubici (SC) cumplen actualmente los requisitos para ser considerados comunidades portales de los Parques Nacionales Aparados da Serra, Serra Geral y São Joaquim. En vista de ello, el estudio destaca la importancia de que el proceso de creación, implementación y gestión de las áreas protegidas tenga en cuenta este tipo de análisis para comprender el impacto de la dinámica turística asociada a estos espacios y sus repercusiones en el desarrollo local y regional.

Palabras clave: Parques Nacionales; Comunidades Portal; Senderos de Gran Recorrido; Desarrollo Regional; Brasil.

1 - Introdução

No Brasil, as Unidades de Conservação (UCs) representam uma das principais estratégias para a conservação da natureza, apresentando categorias de manejo, características e objetivos diversos. Elas são reconhecidas pelo poder público, podendo ser criadas em nível municipal, estadual ou federal, e admitindo a posse e gestão, pública ou privada, conforme a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que instaurou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Brasil, 2000).

A partir do momento em que são criadas, as UCs representam um importante marco nas condições de desenvolvimento socioeconômico dos municípios e regiões afetadas pois ativam implicações legais e relacionadas ao planejamento ambiental que precisam ser observadas. Por isso, conforme for o grupo de UCs - Proteção Integral ou Uso Sustentável - ao qual a unidade estiver vinculada, maiores ou menores serão as restrições ao uso desses espaços territoriais e seus recursos naturais pela população abrangida. A isso, agrega-se adicionalmente, variações nas possibilidades de aproveitamento direto ou indireto dos bens naturais, conforme previsto pela legislação, considerando as diferentes categorias de UCs em cada grupo.

Tendo em vista o atual cenário de fomento ao uso público das UCs no Brasil, novas oportunidades e desafios para a gestão dos recursos naturais são identificados. Entre eles está a necessidade de considerar uma integração intersetorial que aprimore questões relativas às formas de inserção das UCs no desenvolvimento local e regional, considerando múltiplas atividades socioeconômicas, entre elas o turismo. Nesse contexto, este artigo discute a influência que a presença de UCs pode ocasionar na dinâmica turística de comunidades de entorno, refletindo na geração de benefícios como a geração de negócios e de empregos, por exemplo. Com essa intenção, aplica-se o conceito de comunidade portal para explicitar uma

relação mais intensa entre as UCs e o turismo existente nas comunidades de entorno. Esse conceito vem sendo utilizado internacionalmente em contextos que envolvem o turismo em áreas protegidas referindo-se àquelas populações que mantêm fortes vínculos culturais, históricos e/ou econômicos com esses locais, e que desempenham um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento turístico, propiciando a interação entre os visitantes e o ambiente natural protegido.

Aliada a discussão desse conceito, o estudo também incorpora um tema emergente nos debates das relações entre as UCs, as comunidades locais e o turismo no Brasil: as trilhas de longo curso (TLC). Definidas como trilhas de percursos extensos, planejadas para serem percorridas a pé ou por outros meios não motorizados, as TLCs são alvo de uma política pública intersetorial recente no país, sendo compreendidas como instrumento de conservação dos ecossistemas, conectividade de paisagens e promoção da recreação e do turismo em contato com a natureza (MTUR, 2018; 2020). Nelas, as UCs desempenham um papel fundamental enquanto áreas núcleos para implementação de TLCs que podem ocorrer no seu interior ou nas áreas de entorno. Por meio do estímulo à oferta de serviços de apoio à visitação ligados às TLCs, as comunidades de entorno podem diversificar suas atividades socioeconômicas ao mesmo tempo em que colaboram com práticas de conservação ambiental e gestão responsável dos recursos naturais brasileiros.

Estabelecido esse quadro, busca-se questionar se a presença de UCs pode acarretar influências diferenciadas sobre o desenvolvimento do turismo nos seus municípios de entorno. Nesse sentido, o artigo procurou analisar as relações existentes entre as UCs e o turismo dos municípios de entorno considerando o recorte espacial da TLC Caminho das Araucárias, localizada nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Redetrilhas, 2023a). Para isso, apoiou-se no conceito de comunidade portal para explicitar diferentes níveis de influência das UCs sobre o turismo dos municípios de entorno.

2 - Revisão de literatura

2.1 – Unidades de Conservação: diretrizes legais e suas interfaces com o desenvolvimento local e regional

Conforme a Lei Federal 9.985/2000 (Brasil, 2000), que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma UC consiste em um “espaço territorial e seus recursos

ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração (...)” (Brasil, 2000 - Art. 2º, I).

A mesma lei estabelece que essas unidades integram dois grupos de UCs, com características diferentes. No caso das Unidades de Proteção Integral o objetivo principal é preservar a natureza, priorizando o uso indireto dos recursos naturais. Já se tratando de Unidades de Uso Sustentável, o objetivo consiste em compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais (Brasil, 2000 - Art. 7º).

Além da orientação ao processo de desenvolvimento dos espaços decretados como UCs e seus entornos, determinada pelo perfil de grupo ao qual a UC estiver vinculada, deve-se atentar também para a categoria envolvida (Quadro 1). Isso define as características e os objetivos instituídos para aquele tipo de unidade, situação que por extensão orienta quais atividades socioeconômicas podem ser incentivadas ou restringidas, bem como a questão da permanência ou não das populações nos espaços diretamente afetados ou nas áreas adjacentes.

Quadro 1 - Grupos e Categorias de Unidades de Conservação (UCs) no SNUC

UCs de Proteção Integral	UCs de Uso Sustentável
I - Estação Ecológica (EE) II - Reserva Biológica (REBIO) III - Parque Nacional (PARNA) IV - Monumento Natural (MONA) V - Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	I - Área de Proteção Ambiental (APA) II - Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) III - Floresta Nacional (FLONA) IV - Reserva Extrativista (RESEX) V - Reserva de Fauna (REFAU) VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Fonte: Brasil, 2000. Elaboração: os autores, 2023.

Afora isso, no processo de criação, implantação e gestão de UCs deve-se observar, entre outras diretrizes, sua integração com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e as necessidades sociais e econômicas locais (Brasil, 2000 - Art. 5º, VIII).

Essa interação entre a preservação da diversidade dos ecossistemas brasileiros, com a promoção do turismo e do lazer em contato com a natureza e o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico das populações locais no interior e/ou áreas de entorno das UCs consta nos três últimos objetivos descritos no SNUC:

- XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Brasil, 2000 - Art. 4º)

Além disso, o SNUC também trata de assegurar a participação das populações locais na criação, implantação e gestão das UCs (Brasil, 2000 – Art 5º, III), bem como alerta sobre a necessidade da sua integração na vida econômica e social das comunidades vizinhas (Brasil, 2000, Art. 27 - § 1º) no momento da elaboração do Plano de Manejo, apontando com isso para a importância de uma gestão integrada entre a área designada, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos. É diante disso que cabe aprofundar o papel do turismo nas UCs, assim como a inserção das TLCs nesse debate.

2.2 – O papel do turismo nas Unidades de Conservação e nas Trilhas de Longo Curso

Nesse quadro, o turismo surge como uma das principais atividades de uso público em UCs, compatível com diferentes categorias e seus objetivos de criação, mas presente, principalmente, em Parques Nacionais (Parnas), Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (Costa, 2002). Segundo o ICMBio (Crema; Faria, 2019, p. 10) “todas as unidades de conservação são aptas a desenvolver oportunidades de uso público, de acordo com sua categoria, vocação (natural, histórica e cultural) e zonas de manejo”.

Diante disso, o processo de planejamento do uso público em UCs vem se consolidando de forma mais efetiva pelos órgãos ambientais no sentido de ampliar a estruturação das UCs para a visitação, tendo o uso público como ferramenta de conservação e buscando maximizar os impactos positivos do turismo, em especial no que tange à geração de negócios, a aproximação com a sociedade e o desenvolvimento regional (Crema; Faria, 2019).

Entre as diferentes categorias previstas no SNUC, a dos Parques Nacionais (Parnas) é a mais propensa à visitação pois também tem o uso turístico como objetivo, sendo destinada à “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica,

possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (Brasil, 2000 - Art. 11). Além disso, é a categoria que mais recebe visitantes no país, com 48,2% do total de visitantes registrados em 2022, e a que possui maior quantidade de UC presentes entre as 10 mais visitadas do Brasil, com seis unidades (ICMBio, 2023a). Por isso, também tem sido o principal alvo das concessões dos serviços de apoio à visitação (Videira, 2020).

Associado a esse processo de fomento de relações UCs e turismo no país, evidenciada principalmente na categoria Parques Nacionais, encontra-se o estímulo à integração dessas unidades em Trilhas de Longo Curso (TLCs). Esses percursos passaram a ser reconhecidos oficialmente a partir de 2018 com a criação da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – RedeTrilhas, iniciativa que se destaca como uma política pública intersetorial, ao envolver os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), do Turismo (MTUR) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Instituída pela Portaria Conjunta nº 407/2018 (MTUR, 2018) e tendo seus critérios de adesão estabelecidos pela Portaria Conjunta nº 500/2020 (MTUR, 2020), a RedeTrilhas decorre de um desdobramento do Programa Nacional de Conectividade de Paisagens (CONNECTA) (MMA, 2018). Esse programa tem como objetivos principais ampliar e fortalecer a gestão do SNUC e outros espaços territoriais especialmente protegidos por meio da conectividade de paisagens, reduzindo a degradação e a fragmentação dos ecossistemas e promovendo práticas de produção e consumo sustentáveis que incentivem sinergias entre conservação ambiental e uso sustentável do território. Nessa política pública as TLCs são difundidas como instrumento de conservação dos ecossistemas e conectividade de paisagens, destinando às UCs o papel de áreas núcleos para sua implementação (MTUR, 2018 – Art. 4º § 1º). Essa condição é justificada pelo fato de serem espaços propícios para atuarem na sensibilização da sociedade quanto a importância da conexão de paisagens naturais e ecossistemas, promovendo a participação ativa da população na implementação do SNUC (MTUR, 2018 – Art. 2º, III).

Ao longo dessa trajetória recente de fortalecimento das TLCs no país, a RedeTrilhas vem se estruturando nacionalmente como alternativa de recreação e saúde, relacionando o potencial turístico e esportivo das áreas naturais com a melhoria da qualidade de vida da população; e como oportunidade de geração de emprego e renda, ao promover a diversificação da oferta de

serviços de apoio ao turista, e favorecer o desenvolvimento sustentável nos territórios por onde os trajetos passam (Redetrilhas, 2023b). Por isso, considerando que o turismo é um elemento central dessa política pública e as UCs são as áreas prioritárias para sua execução, verifica-se na implantação de TLCs um contexto adequado para análise das relações entre UCs, turismo e comunidades de entorno, inserindo nessa discussão a aplicação do conceito de comunidades portais.

2.3 - A relação entre Unidades de Conservação, municípios de entorno e turismo a partir do conceito de comunidade portal

Os municípios são a menor unidade político-administrativa autônoma do Brasil (Brasil, 1988) a constar dos atos de criação de UCs. Menções a eles nesse sentido podem ser identificadas principalmente nas informações sobre a participação percentual que possuem sobre o território das UCs ou ainda no percentual dos territórios municipais declarado como UC (Ferreira et al., 2018); também quando citam sua inserção em áreas de entorno de UCs abrangidas por restrições ou diretrizes especiais que envolvem, por exemplo, as zonas de amortecimento.

Os documentos que orientam a criação, implantação e gestão das UCs federais no Brasil (ICMBio, 2009; Crema; Faria, 2019) não mencionam de modo explícito a categorização de diferentes perfis de municípios afetados por essas unidades. Os instrumentos jurídicos e técnicos geralmente fazem referências à condição de proximidade territorial, o que é evidenciado em termos como municípios, comunidades ou áreas de entorno, limítrofes, de acesso, adjacentes, vizinhas, periféricas, arredores. Os mesmos documentos também não apresentam definições claras para o uso de cada termo, nem consideram outros critérios, como por exemplo, as diversidades e as especificidades das relações culturais, históricas ou econômicas dos municípios e suas populações com a UC.

Conforme orientações do ICMBio, nos processos de planejamento do uso público em UCs (Crema; Faria, 2019) estão previstos como diretrizes fundamentais a participação/consulta aos representantes do setor público e comunidades, incluindo o setor de turismo, de forma a garantir a troca de informações, o alinhamento de políticas públicas e a harmonização de interesses. O intuito é buscar informações sobre a visitação na UC e seu entorno para a construção dos instrumentos de ordenamento da visitação, tratando de valorizar e desenvolver de forma sustentável a vocação e os atrativos turísticos da UC, e promover a diversificação de oportunidades e experiências de visitação, atendendo às demandas de diferentes públicos e

maximizando os impactos positivos do turismo, sobretudo o estímulo à geração de negócios e o desenvolvimento econômico (Crema; Faria, 2019).

Entretanto, poucos são os estudos orientados para a abordagem do impacto socioeconômico da visitação em UCs brasileiras sobre os municípios de entorno. Mesmo assim, números relevantes sobre essa situação são encontrados em pesquisa realizada com esse propósito e publicada pelo ICMBio, órgão responsável pela gestão das UCs federais. Nesse estudo, Souza e Simões (2019) empregaram o conceito de região econômica como recorte espacial para definir a abrangência dos efeitos econômicos dos gastos dos visitantes. Sobre isso, explicam ser necessário definir os espaços territoriais apropriados em torno de cada UC, contemplando municípios que oferecem acesso turístico às unidades e outros adjacentes, utilizados para pernoite dos visitantes.

A partir disso, esses autores registraram que um total de 12,4 milhões de visitas, nas 120 UCs abertas à visitação (dentre 335 UCs federais) ocasionou em 2018 um gasto de R\$ 2,4 bilhões nos municípios de acesso às UCs. Com isso, a contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de cerca de 90 mil empregos, R\$ 2,7 bilhões em renda, R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 10,4 bilhões em vendas. Nesse volume, o setor de hospedagem foi o que registrou a maior contribuição direta, com R\$ 740 milhões em vendas diretas, seguido pelo setor de alimentação com R\$ 531 milhões. Já em relação aos impostos, a visitação às UCs gerou R\$ 1,1 bilhão em 2018, distribuídos em R\$ 174 milhões em nível municipal; R\$ 594 milhões em nível estadual, e R\$ 323 milhões em nível federal, sendo os mesmos decorrentes apenas dos efeitos sobre vendas diretas e remuneração (Souza; Simões, 2019).

Com o intuito de ampliar a discussão sobre os impactos socioeconômicos do turismo nos municípios brasileiros afetados por UCs e, principalmente, estimular a reflexão sobre a influência diferenciada que a criação, implantação e gestão delas pode ter sobre esses municípios, a partir da definição dos meios de acesso aos seus atrativos, infraestruturas e serviços turísticos, este artigo traz para a reflexão o conceito de Comunidade Portal - *Gateway Communities*, em inglês, ou *Comunidades Portal*, em espanhol. A partir dele, discute-se a possibilidade da sua aplicação no Brasil com o propósito de diferenciar as relações existentes entre as UCs e o turismo nos municípios de entorno.

Esse conceito avança para além da noção de proximidade territorial às áreas protegidas, considerando também a participação das UCs no desenvolvimento dos municípios e das regiões afetadas. Ele vem sendo utilizado desde os anos 2000 na literatura científica internacional

(Hawkins, 2004; Mules, 2005) para referir-se às comunidades de entorno de Parques Nacionais, de outras áreas protegidas ou de locais de interesse turístico. Nesses estudos, as relações entre as áreas protegidas e as comunidades vizinhas são discutidas com ênfase no seu papel no planejamento e na operação do turismo local, bem como nos impactos econômicos, sociais e ambientais compartilhados. Apesar de ser um conceito relevante entre estudos internacionais, ainda é pouco considerado no âmbito das UCs brasileiras.

Aedo et al. (2020, p. 18-19, tradução nossa) identificaram diferenças significativas entre as noções de comunidades vizinhas/de entorno e comunidades portais no contexto da Patagônia chilena. Conforme esses autores, o primeiro termo consiste em ir mais além de considerá-lo um espaço inerte limítrofe aos parques e reservas, tratando-se de espaços de vida de comunidades que vivem nos arredores das áreas protegidas e obrigatoriamente estabelecendo com elas relações a partir de distintas formas de uso do espaço por meio das suas práticas cotidianas, porém não exclusivamente turísticas. Já as comunidades portais abrangem comunidades – povoados ou cidades – localizadas nas proximidades de áreas protegidas e que estão em completa sintonia com elas, a partir da existência de uma oferta turística consolidada e que aposta no desenvolvimento do turismo de natureza, cultural e de interesses especiais. Portanto, as comunidades portais não cumprem somente com o critério de proximidade territorial, mas atuam como centros de recepção de turistas, suportando a oferta de alimentação, alojamento, transportes e outros serviços vinculados a experiência de visitação nas áreas protegidas (Aedo et al., 2020).

Com isso evidencia-se que para atribuir essa denominação a um determinado local é necessário considerar a existência de relações entre as populações e as áreas protegidas tendo a preponderância de uma dinâmica turística. Nesse sentido, como afirmaram Luque e Sutulov (2021, p. 10, tradução nossa), as comunidades portais são “localidades que operam como verdadeiros ‘portais’ de acesso as áreas protegidas para os visitantes motivados por conhecerem esses destinos naturais”.

Os mesmos autores explicam que em razão da proximidade física dessas comunidades com as áreas protegidas elas têm estabelecido vínculos culturais, históricos ou econômicos cada vez mais estreitos ao longo do tempo, por isso sendo hoje consideradas fundamentais ao propósito de conservar esses espaços de alto valor natural, aliando benefícios econômicos crescentes advindos do turismo de natureza e contribuindo ao desenvolvimento dos territórios. Para

caracterizar esse ponto de vista os autores citam comunidades portais da Patagônia chilena nas quais o turismo é compreendido como oportunidade de integração dos objetivos de conservação dos ambientes terrestres e marinhos com objetivos de bem-estar social e humano e de melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Como exemplo, mencionam comunidades costeiras chilenas que encontraram no turismo associado às áreas protegidas uma resposta ao esgotamento dos recursos pesqueiros (Luque; Sutulov, 2021).

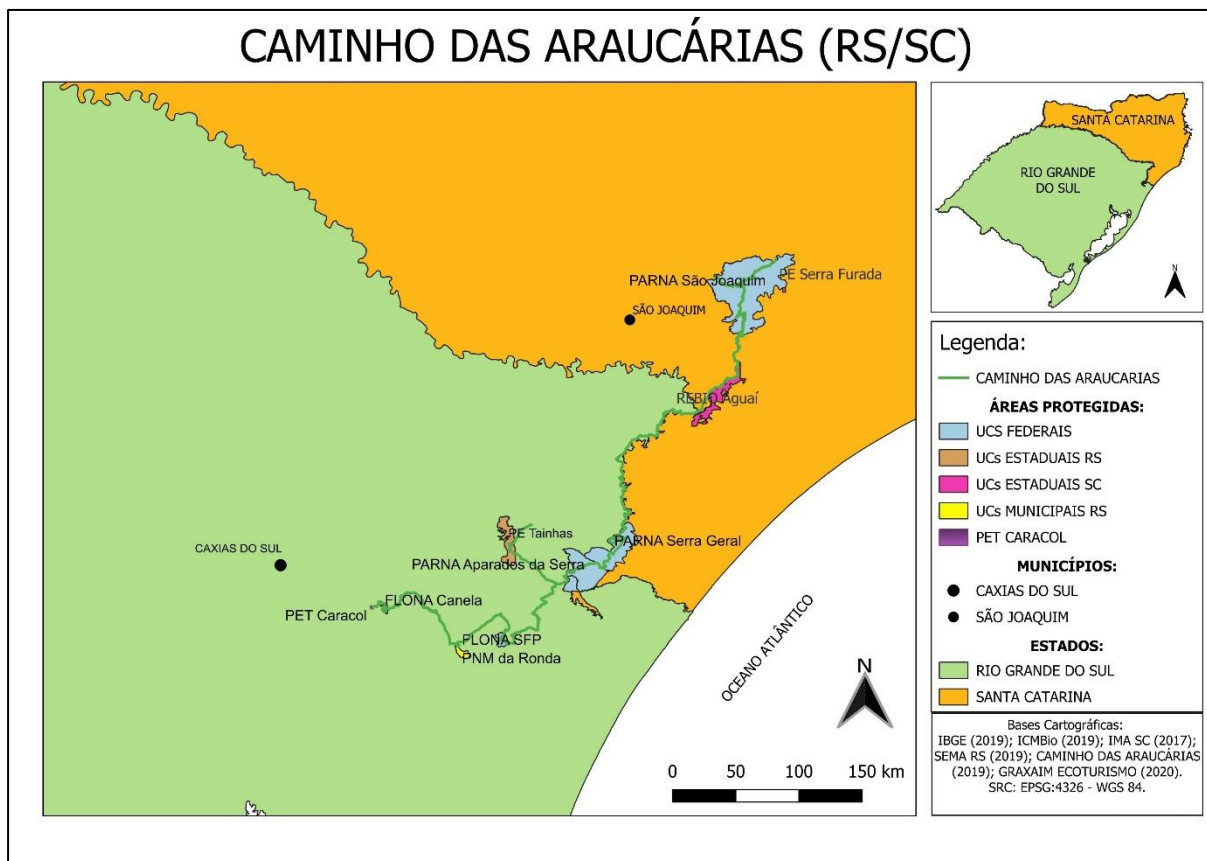
Essa diversificação ou reconversão socioeconômica vinculada ao turismo das áreas protegidas mostra-se bastante relacionada com o conceito de comunidade portal. Abordando esse assunto, Mules (2005) já alertava sobre a necessidade de serem realizados estudos sobre a forma como o turismo impacta as comunidades portais do ponto de vista econômico, nisso tratando de mensurar as despesas dos visitantes e analisando os seus reflexos na cadeia produtiva do turismo dentro e fora dessas áreas.

Frente a isso, considerando a realidade brasileira, a escassez de estudos com essa orientação e compreendendo a utilidade desse conceito de comunidade portal para qualificar a análise das relações entre UCs e processos de desenvolvimento local e regional por meio do turismo no país, buscou-se avaliar neste artigo a possibilidade da sua aplicação para identificar dinâmicas e relações diferenciadas entre municípios e UCs no contexto da TLC Caminho das Araucárias. Para isso, propôs-se avaliar a atribuição dessa nomenclatura para municípios e comunidades de entorno considerando a análise de fontes documentais e dados abertos concernentes ao turismo, como relatado a seguir.

3- Metodologia

O estudo tem abordagem mista, sendo caracterizado como exploratório e descritivo baseado em análise documental e em dados abertos. Como recorte espacial adotou o trajeto da Trilha de Longo Curso Caminho das Araucárias (Figura 1) por sua vinculação com a política pública RedeTrilhas, que estimula a integração entre a conservação dos ecossistemas e o turismo, buscando promover a conexão entre UCs e comunidades de entorno por meio da geração de emprego e renda (Redetrilhas, 2023b).

Figura 1 – Mapa da Trilha de Longo Curso Caminho das Araucárias (RS/SC) e UCs abrangidas



Elaboração: os autores, 2024.

A partir desse recorte espacial, adotou-se como critério inicial de seleção das UCs e municípios de entorno que seriam analisados considerar somente unidades cuja categoria tivessem o objetivo de promoção do turismo explicitamente declarado (Brasil, 2000). Disso resultou a seleção das categorias de UCs nas quais a visitação pública é citada entre as atividades possíveis de serem desenvolvidas, conforme a Lei n. 9.985 (Brasil, 2000), mesmo que sujeitas às condições e restrições estabelecidas por Plano de Manejo ou órgão responsável, sendo elas: Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Em seguida procedeu uma análise documental junto aos sites das UCs (ICMBio 2023b; 2023c; 2023d; SEMA, 2023) e aos seus respectivos Planos de Manejo para identificar o atendimento aos seguintes critérios: estivessem abertas à visitação; tivessem controle da entrada de visitantes nos seus principais atrativos; e existência de território composto ou limítrofe de múltiplos

municípios. A partir desses critérios, 4 UCs¹ foram selecionadas para análise: Parque Nacional São Joaquim (Parna SJ - SC), Parque Nacional Aparados da Serra (Parna AS-RS/SC), Parque Nacional Serra Geral (Parna SG - RS/SC) e Parque Estadual do Tainhas (PE TAI - RS); assim como os 10 municípios abrangidos por essas unidades: Bom Jardim da Serra, Grão Pará, Lauro Müller, Orleans, Urubici, Jacinto Machado e Praia Grande, em Santa Catarina; e Cambará do Sul, Jaquirana e São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul. O Quadro 2 explicita as UCs e os municípios selecionados, acompanhados de informações sobre a região turística de vinculação e a categoria estabelecida no Mapa do Turismo (MTUR, 2022).

Quadro 2 – Municípios e UCs estudadas e seus respectivos contextos turísticos (continua)

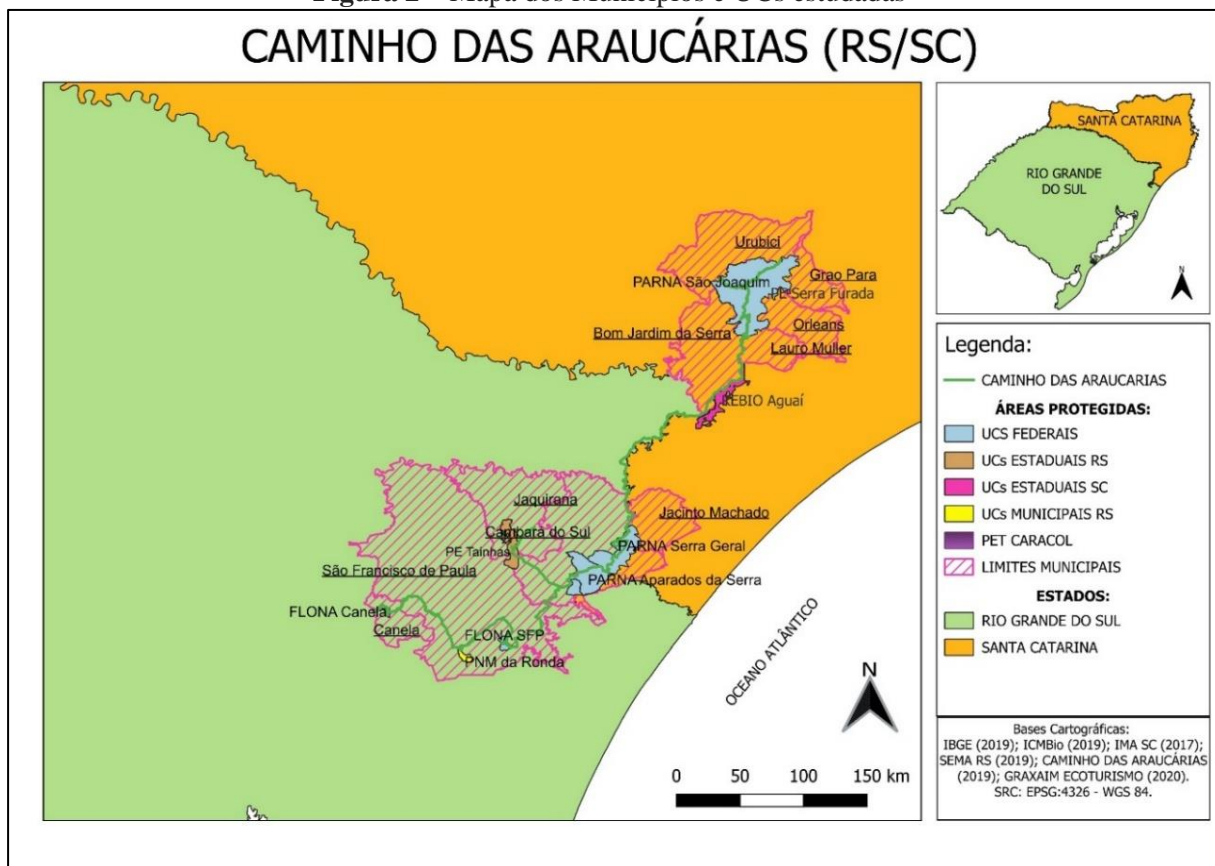
Municípios			Unidade de Conservação			
Nome/UF	Região Turística	Categoria Turística	PARNA SJ	PARNA AS	PARNA SG	PE TAI
Bom Jardim da Serra (SC)	Serra Catarinense	C	X			
Grão Pará (SC)	Não Regionalizado	-	X			
Lauro Müller (SC)	Fórum Turístico de Regionalização do Turismo Encantos do Sul	D	X			
Orleans (SC)	Fórum Turístico de Regionalização do Turismo Encantos do Sul	D	X			
Urubici (SC)	Serra Catarinense	B	X			
Jacinto Machado (SC)	Caminho dos Canyons	D			X	
Praia Grande (SC)	Caminho dos Canyons	C		X	X	
Cambará do Sul (RS)	Campos de Cima da Serra	C		X	X	X
Jaquirana (RS)	Não Regionalizado	-				X
São Francisco de Paula (RS)	Hortênsias	C				X

Fonte: MTUR, 2022; ICMBio, 2023b; 2023c; 2023d; SEMA, 2023. Elaboração: os autores, 2023.

¹ A APA Rota do Sol foi excluída da análise por não contar com portaria ou local de acesso aos seus atrativos que registre ou controle a entrada de visitantes. Localizada no entorno da rodovia Rota do Sol (RS-453), configura-se como corredor turístico entre a Serra Gaúcha e o Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Com as UCs e os municípios (Figura 2) identificados, passou-se a avaliar os sites oficiais das prefeituras municipais. Durante essa análise de conteúdo procurou-se verificar a existência de vínculos entre a oferta turística desses municípios e as UCs e os seus atrativos. Para isso, buscou-se identificar menções às UCs ou seus atrativos com imagens ou textos nos sites oficiais e em suas seções de turismo.

Figura 2 – Mapa dos Municípios e UCs estudadas



Elaboração: os autores, 2024.

Em seguida, realizou-se uma análise exploratória de dados abertos de fontes governamentais para compreender o impacto do turismo sobre a geração de negócios e empregos formais locais. Nisso considerou-se, a partir de Aedo et al. (2020), as atividades diretamente vinculadas ao turismo com obrigatoriedade de Cadastro de Prestador de Serviços Turísticos – Cadastur segundo a Lei Geral do Turismo (Brasil, 2008). Dessa forma verificou-se a quantidade de registros de Meios de Hospedagem, de Agências de Turismo, de Transportadoras Turísticas e de Guias de Turismo nessa base. A coleta dos dados ocorreu em 05 de maio de 2023 diretamente no site do Cadastur (MTUR, 2023).

Complementarmente procurou-se apurar a quantidade de vínculos empregatícios formais nos registros administrativos do Sistema Novo Caged do Ministério do Trabalho (2023) em atividades diretamente relacionadas com o turismo. Nesta base de dados foram selecionados os vínculos empregatícios formais relacionados com as seguintes atividades: Alojamento; Restaurantes e Outros Serviços de Alimentação e Bebidas; Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas. A coleta dos dados ocorreu em 05 de maio de 2023 diretamente no site Painel de Informações do Novo Caged (2023). Visando obter uma compreensão mais equilibrada do impacto do turismo receptivo nesses municípios e diminuir efeitos relacionados aos fluxos de prestadores de serviços e atividades relacionadas a negócios que se intensificam em municípios de maior porte, relativizou-se os dados obtidos considerando a população dos municípios segundo a estimativa prévia do Censo 2022 (IBGE, 2023). Os resultados obtidos foram então disponibilizados no formato de quadros, de tabelas e de figuras, bem como de painéis de visualização de dados elaborados com o apoio do Software Tableau Public (2023).

4- Resultados e Discussão

Com base na análise de conteúdo dos sites oficiais verificou-se a vinculação da oferta turística dos municípios com as UCs e seus atrativos (Quadro 3).

Como identificado no Quadro 3, apenas os municípios de Urubici, Jacinto Machado, Praia Grande e Cambará do Sul faziam menções explícitas as UCs e seus atrativos nos seus sites oficiais, o que sinaliza uma relação mais sólida entre o turismo local e os fluxos de visitantes para essas unidades.

Já no que diz respeito ao dimensionamento da oferta turística de cada município, considerou-se o número de registros do Cadastur (MTUR, 2023) para Meios de Hospedagem, Agências de Turismo, Transportadoras Turísticas e Guias de Turismo (Tabela 1). Os dados demonstram a existência de uma oferta turística expressiva nos municípios catarinenses de Praia Grande e Urubici, seguidos dos municípios gaúchos de Cambará do Sul e São Francisco de Paula.

Já outros municípios como Jaquirana, Jacinto Machado e Grão Pará apresentavam uma oferta turística mínima de até 10 empreendimentos, enquanto Orleans, Bom Jardim da Serra e Lauro Müller apresentavam números um pouco mais elevados.

Quadro 3 - Menções às UCs ou seus Atrativos nos Sites das Prefeituras Municipais

(continua)

Município	Unidade de Conservação			
	PARNA SJ	PARNA AS	PARNA SG	PE TAI
Bom Jardim da Serra (SC)	Não menciona			
Grão Pará (SC)	Não menciona			
Lauro Müller (SC)	Não menciona			
Orleans (SC)	Imagem de capa Pedra Furada. Não menciona o Parna.			
Urubici (SC)	Foto da Pedra Furada na entrada do Site. Cita Pedra Furada e o Morro da Igreja em atrativos e menciona Parna.			
Jacinto Machado (SC)			Foto Trilha Tigre Preto (interior Cânion Fortaleza). Cita o Parna no item atrativo.	
Praia Grande (SC)		Fotos Cânions Itambezinho e Malacara e trilhas. Cita Parna AS no item atrativos.	Fotos Cânion Fortaleza e trilhas. Cita os Parna SG no item atrativo.	
Cambará do Sul (RS)		Fotos Cânions Itambezinho, Malacara, página inicial da prefeitura cita Parna.	Fotos Cânion Fortaleza, página inicial da prefeitura cita Parna.	Não menciona
Jaquirana (RS)				Fotos da queda d'água: Passo do "S". Não cita o PE.
São Francisco de Paula (RS)		Não menciona	Não menciona	Não menciona

Elaboração: os autores, 2023.

Nota: caixa em cinza representa que o município não pertence a UC analisada na coluna.

Tabela 1 - Número de prestadores de serviços cadastrados por atividade turística

Município	Tipo de atividade turística				Total
	Meios de Hospedagem	Agências de Turismo	Transportadoras Turísticas	Guias de Turismo	
Bom Jardim da Serra (SC)	10	2	0	5	17
Grão Pará (SC)	2	0	0	5	7
Lauro Müller (SC)	13	1	2	3	19
Orleans (SC)	2	6	0	3	11
Urubici (SC)	53	5	2	25	85
Jacinto Machado (SC)	4	1	0	2	7
Praia Grande (SC)	48	32	0	10	90
Cambará do Sul (RS)	36	26	3	8	73
Jaquirana (RS)	2	0	1	1	4
São Francisco de Paula (RS)	18	7	3	14	42
Total	188	80	11	76	355

Fonte: Mtur, 2023. Elaboração: os autores, 2023.

Nota: Dados extraídos do Cadastur em 5 de maio de 2023.

Para complementar a análise sobre a dimensão da oferta local de serviços turísticos, levantaram-se dados de vínculos empregatícios formais em alojamento; restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas; e em agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, referentes a março de 2023 (Novo Caged, 2023), dados apresentados na Tabela 2.

A Tabela 2 evidencia existir um maior número de empregos formais em turismo nos seguintes municípios, em ordem decrescente de importância: São Francisco de Paula, Urubici, Praia Grande, Cambará do Sul, Orleans e Bom Jardim da Serra. Novamente Jacinto Machado, Grão Pará e Jaquirana figuram entre os municípios em que a atividade turística demonstra pouca expressividade local.

Para analisar de forma mais aprofundada esses dados e identificar o peso relativo do turismo nos municípios, os dados coletados junto ao Cadastur (MTUR, 2023) e Novo Caged (2023) foram ponderados a partir do tamanho da população dos municípios. Desta forma foram expressos com base na sua ocorrência por 1.000 habitantes como consta na Tabela 3.

Tabela 2 – Número de vínculos empregatícios formais por atividade turística

Município	Tipo de atividade turística			Total
	Alojamento	Restaurantes e Outros Serviços de Alimentação e Bebidas	Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas	
Bom Jardim da Serra (SC)	58	42	1	101
Grão Pará (SC)	0	7	0	7
Lauro Müller	10	34	0	44
Orleans (SC)	33	89	4	126
Urubici (SC)	106	138	27	271
Jacinto Machado (SC)	0	8	0	8
Praia Grande (SC)	122	41	19	182
Cambará do Sul (RS)	96	43	6	145
Jaquirana (RS)	1	4	0	5
São Francisco de Paula (RS)	120	180	1	301
Total	546	586	58	1.190

Fonte: Novo Caged, 2023. Elaboração: os autores, 2023.

Nota: Dados extraídos do Novo Caged em 5 de maio de 2023.

Tabela 3 – Número de prestadores de serviços turísticos cadastrados e de vínculos empregatícios formais em turismo por 1.000 habitantes

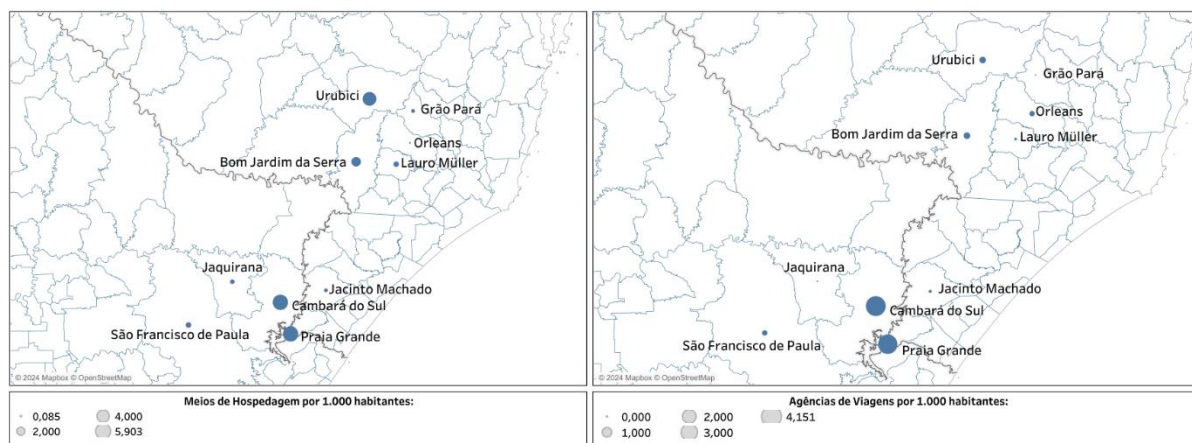
Município	População (Censo 2022)	Prestadores de serviços turísticos cadastrados X 1.000 hab.				Vínculos empregatícios em turismo X 1.000 hab.			
		G.T				Aloj.	Rest.	A.V.	
		M.H.	A.V.	T.T.	.				
Bom Jardim da Serra (SC)	4.362	2	0	0	1	13	10	0	
Grão Pará (SC)	6.149	0	0	0	1	0	1	0	
Lauro Müller (SC)	14.192	1	0	0	0	1	2	0	
Orleans (SC)	23.531	0	0	0	0	1	4	0	
Urubici (SC)	11.156	5	0	0	2	10	12	2	
Jacinto Machado (SC)	10.624	0	0	0	0	0	1	0	
Praia Grande (SC)	8.131	6	4	0	1	15	5	2	
Cambará do Sul (RS)	6.263	6	4	0	1	15	7	1	
Jaquirana (RS)	3.692	1	0	0	0	0	1	0	
São Francisco de Paula (RS)	23.682	1	0	0	1	5	8	0	
População total	111.782								

Fonte: IBGE, 2023; Mtur, 2023; Novo Caged, 2023. Elaboração: os autores, 2023. Nota 1: M.H. – Meios de Hospedagens; A.V. – Agências de Viagens; TT – Transportadoras Turísticas; G.T - Guias de Turismo; Aloj – Alojamento; Rest. – Restaurantes; A.V. – Agências de Viagens. Nota 2: caixa em cinza representa os municípios que apresentaram resultados mais expressivos.

Na Tabela 3 aparecem destacados em cinza os municípios que registravam maior quantidade de prestadores de serviços ou vínculos empregatícios formais a cada 1.000 habitantes. Com essa ponderação realizada passou-se a elaboração de painéis de visualização de dados via Tableau Public (2023) a fim de aprimorar a análise sobre a importância relativa do turismo em cada município.

Nesse momento considerou-se principalmente os setores de alojamento e agenciamento por eles possuírem uma relação mais forte com o turismo receptivo. Como se observa na Figura 3, que aborda dados do Cadastur (MTUR, 2023) por atividade ponderados por 1.000 habitantes, identificou-se que os municípios de Cambará do Sul, Praia Grande, Urubici e Bom Jardim da Serra possuem uma maior presença relativa de meios de hospedagem. Já se tratando de agências de viagens, destacaram-se os municípios de Cambará do Sul e Praia Grande.

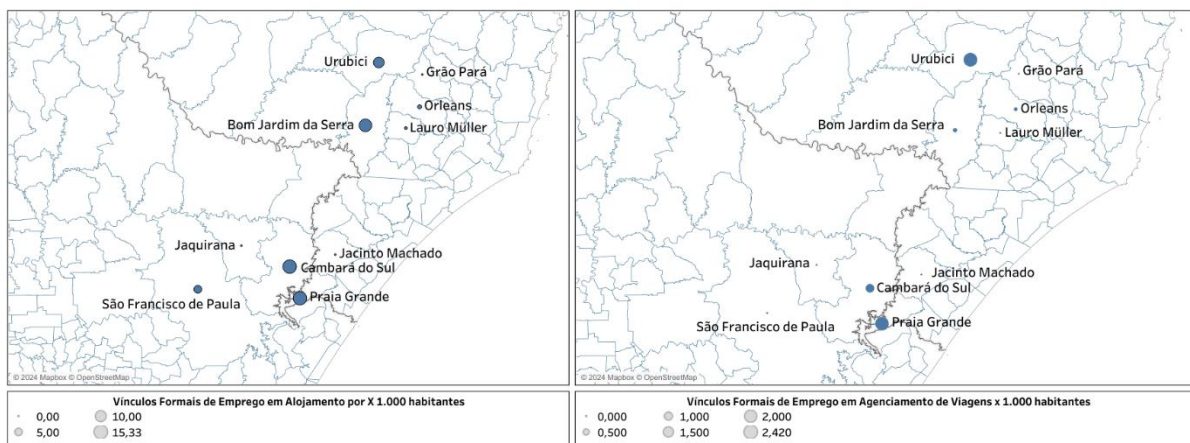
Figura 3 - Painéis do número de prestadores de serviços cadastrados por atividade turística (meios de hospedagem e agências de viagens), por 1.000 habitantes



Fonte: Mtur, 2023. Elaboração: os autores, 2023, com a utilização de Tableau Public, 2023.

Por sua vez, na Figura 4 são apresentados vínculos empregatícios formais em alojamento e agenciamento, operadoras turísticas e serviços de reservas extraídos do Novo Caged (2023) ponderados por 1.000 habitantes. Na imagem se identifica uma maior presença relativa de empregos formais do setor de alojamento em Cambará do Sul, Praia Grande, Bom Jardim da Serra, Urubici e São Francisco de Paula. Já no agenciamento destacam-se Praia Grande, Urubici e Cambará do Sul.

Figura 4 – Painéis do número de vínculos empregatícios formais por atividade turística (alojamento e agenciamento), por 1.000 habitantes



Fonte: Novo Caged, 2023. Elaboração: os autores, 2023, com a utilização de Tableau Public, 2023.

A análise conjunta das vinculações das ofertas turísticas municipais com as UCs e dos dados do Cadastur e do Novo Caged ponderados, sintetizada no Quadro 4, permite identificar que atualmente cumprem o papel de comunidades portais (destacados em cinza) os municípios de Cambará do Sul (RS) e Praia Grande (SC), em relação aos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, e o município de Urubici (SC), em relação ao Parna São Joaquim. Esses municípios têm se posicionado como portais de acesso dos visitantes às UCs pois coincidem com o que vem sendo proposto para identificar as comunidades portais, diferenciando-se pelas relações que estabelecem com essas áreas a partir de dinâmicas turísticas associadas à conservação da natureza (Luque; Sutulov, 2021; Aedo et. al., 2020). Portanto, elas cumprem não somente com o critério de proximidade territorial, sob a ideia de comunidades integrantes ou vizinhas/de entorno as áreas protegidas, mas atuam como centros de recepção de turistas, suportando a oferta de serviços de alimentação, alojamento, transportes e outros vinculados a experiência de visitação nas UCs.

Como se observa no Quadro 4, Bom Jardim da Serra (SC) também apresentou números expressivos em meios de hospedagem e vínculos empregatícios formais em alojamento, porém, não parece ter seu turismo identificado com os fluxos turísticos do Parna São Joaquim, como evidencia o site oficial do município². Por sua vez, Jacinto Machado (SC) apresenta vinculação da sua atividade turística com o Parna Serra Geral, mas possui participação pouco expressiva

² O fluxo de Bom Jardim da Serra (SC) é bastante associado ao turismo na Serra do Rio do Rastro.

de empresas e empregos formais vinculados ao setor. Neste caso, parece pesar o fato desse município não contar com nenhum acesso oficial do Parna Serra Geral em seu território. Por sua vez, os municípios de Jaquirana (RS) e Grão Pará (SC) também demonstram pouca expressividade do setor de turismo local, além de ausência de vinculação turística com as UCs.

Quadro 4 - Análise integrada dos dados de vinculação da oferta turística com as UCs, por município

Município	Vinculação da oferta turística com as UCs	Número de prestadores de serviços turísticos		Número de vínculos empregatícios formais em turismo	
		Meios de hospedagem	Agências de turismo	Alojamento	Agenciamento
Bom Jardim da Serra (SC)		X		X	
Grão Pará (SC)					
Lauro Müller					
Orleans (SC)					
Urubici (SC)	X	X		X	X
Jacinto Machado (SC)	X				
Praia Grande (SC)	X	X	X	X	X
Cambará do Sul (RS)	X	X	X	X	X
Jaquirana (RS)					
São Francisco de Paula (RS)				X	

Fonte: Mtur, 2023; Novo Caged, 2023. Elaboração: os autores, 2023.

Nota: caixa em cinza representa os municípios considerados comunidades portais por apresentarem vínculos do turismo local com as UCs, bem como expressividade de participação relativa de prestadores de serviços e empregos formais do setor turístico.

Em relação aos demais municípios, números expressivos de vínculos empregatícios associados ao turismo foram identificados em São Francisco de Paula (RS), inferindo-se a existência de uma dinâmica turística local significativa. Contudo, não foi percebida uma relação mais direta com o Parque Estadual do Tainhas pois os fluxos de visitantes nessa unidade são pouco expressivos (BNDES, 2021). Contudo, esta situação poderá mudar nos próximos anos com a concessão, efetivada pelo governo do Rio Grande do Sul, dos serviços de uso público para uma empresa que também obteve o direito de explorar esses serviços no Parque Estadual Turístico do Caracol, importante atrativo turístico regional situado em Canela – RS (Rio Grande do Sul, 2022). Desse modo, vislumbra-se uma futura promoção conjunta desses dois parques pelo concessionário, o que poderá estimular maior fluxo para o PE Tainhas. Ainda considerando São

Francisco de Paula, cabe mencionar que a Floresta Nacional de São Francisco de Paula³ é uma UC que se situa neste município, estando aberta à visitação, mas tendo um fluxo anual restrito, quantificado pelo ICMBio em 2018 com um total de 5.643 visitantes (Souza; Simões, 2019), o que parece insuficiente para exercer uma influência relevante sobre a oferta turística local, atualmente orientada para a prestação de serviços visando atender outras motivações de viagens.

Quanto aos municípios de Orleans (SC) e Lauro Müller (SC) pode-se considerar uma dinâmica turística diferenciada dos demais, pois as atividades mais expressivas demonstram estarem vinculadas ao setor de restaurantes e de outros serviços de alimentação e bebidas (Tabela 3), situações que apontam para uma prestação de serviços pouco relacionada com turismo receptivo e, portanto, sem vínculos com a condição limítrofe que estabelecem com o Parna São Joaquim.

Nesta pesquisa também se evidenciaram alguns paradoxos entre as expectativas e as realidades em torno das contribuições que o turismo pode aportar ao desenvolvimento socioeconômico desses territórios a partir do crescimento da visitação nas áreas protegidas, conforme explicitado por Luque e Sutulov (2021). Se, por um lado, a valorização turística das áreas protegidas e entornos pode incentivar novas formas de relação dos habitantes com a natureza, passando a ocupar um lugar central na identidade dos habitantes; por outro, esse potencial econômico esperado não se reflete necessariamente no número de empregos formais em turismo. No caso chileno, esses dados se mostram ainda muito aquém nas zonas urbanas, e com ainda mais restrições em zonas rurais, uma vez que enfrentam problemas de transporte, de infraestrutura e de serviços disponíveis (Luque; Sutulov, 2021).

No Brasil, verificou-se a existência de diferentes relações entre as UCs analisadas e os seus municípios de entorno. Como foi identificado neste estudo, os municípios de Cambará do Sul, Praia Grande e Urubici demonstraram possuir um turismo mais integrado e dependente das UCs pois, além de promoverem as unidades e seus atrativos, são municípios que evidenciam maior importância relativa do turismo no desenvolvimento local e regional.

Esse tipo de relação mais intensa pode ainda ser percebido em situações do município de Cambará do Sul que tem ocupado espaços importantes do noticiário estadual. A primeira envolve a discussão sobre a redução do fluxo turístico local ter sido decorrente do aumento do

³ Esta unidade foi descartada da análise pois a pesquisa buscava verificar a criação de dinâmicas diferentes pelas UCs em relação a um conjunto de municípios.

valor do ingresso cobrado pela concessionária do serviço de uso público dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, como apontam diversos atores locais (Portella, 2022; GauchaZH, 2024; Zanrosso, 2024). Já a segunda situação contempla motivações e impactos associados ao fechamento de produtos turísticos ofertados pela concessionária nesses Parques Nacionais (Jornal Pioneiro, 2024), processo que mais recentemente avançou para a situação extrema de defesa do fechamento da visitação nesses parques pela concessionária, um posicionamento que teve ampla oposição da comunidade local, sendo inclusive alvo de arbitragem (Guerra; Jacques, 2024).

Ao se observar esse conjunto de situações, resta evidente haver uma relação mais profunda entre o turismo de Cambará do Sul e a visitação dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, o que demonstra de maneira objetiva a importância de considerar o conceito de comunidade portal para estudar a influência que a presença de UCs pode acarretar ao turismo de municípios de entorno, com suas repercussões para o desenvolvimento local e regional.

5 - Conclusões

A aproximação ao conceito de comunidade portal coloca em evidência as relações entre as UCs e o turismo em municípios de entorno permitindo uma análise mais aprofundada do impacto dessas áreas protegidas nas dinâmicas turísticas e, conseqüentemente, em suas repercussões sobre o desenvolvimento local e regional. A partir disso, pontua-se a necessidade de incorporar análises deste tipo em processos de criação, implantação e gestão de UCs, de modo a oportunizar uma melhor distribuição dos benefícios gerados pelas UCs sobre as comunidades afetadas.

Neste estudo foi possível verificar que os municípios de Cambará do Sul (RS) e Praia Grande (SC) cumprem atualmente o papel de comunidades portais em relação aos Parnas Aparados da Serra e Serra Geral, ocorrendo o mesmo com o município de Urubici (SC) em relação ao Parna São Joaquim. Isso porque esses municípios têm se destacado como portais de acesso as UCs, não somente usufruindo da sua proximidade territorial, mas convertendo-os em espaços promotores de desenvolvimento local e regional, mediante a presença de atividades turísticas motivadas pela visitação dos espaços de natureza protegida. Nos demais municípios, as relações que estabelecem com as UCs e a importância do turismo local demonstram lacunas, impossibilitando, neste artigo, uma análise aprofundada dos seus impactos socioeconômicos nas comunidades. Fatores como a visitação pouco expressiva em uma das UCs, a inexistência

de acesso oficial às UCs dentro dos limites municipais, a inexpressiva vinculação da oferta local com os atrativos presentes na UC, ou, ainda, um setor turístico pouco desenvolvido localmente sugerem a necessidade de serem observadas as características distintas da oferta e da demanda turística de cada município. Outra limitação diz respeito aos dados abertos referentes ao turismo, uma vez que condiz com as informações notificadas pelos empreendimentos e que, por isso, podem não retratar aspectos da informalidade no setor ou ter dados subestimados frente a realidade turística dos municípios (Ex: Cadastur, que apesar de ser um registro obrigatório para empresas turísticas e guias de turismo, nem sempre possui todas as empresas e profissionais devidamente cadastrados). Essas ponderações motivam a continuidade da pesquisa vinculada ao recorte espacial da TLC Caminho das Araucárias, objeto empírico de estudo deste grupo de pesquisa.

Por fim, registra-se que a implementação das TLCs vem assumindo um papel de destaque como instrumento de conservação dos ecossistemas brasileiros, tendo as UCs como áreas núcleos na proposição dos trajetos, tratando de conectar paisagens, promover práticas sustentáveis e ampliar a sensibilização e participação ativa das comunidades na gestão do SNUC. Além disso, a política pública RedeTrilhas tem o turismo e a recreação em contato com a natureza como eixo articulador na busca por sinergias entre conservação da natureza e uso sustentável do território, gerando oportunidades de maximização e distribuição dos benefícios do turismo nas comunidades vinculadas às UCs, favorecendo o entendimento desses espaços como um elemento potencializador de bem-estar humano e desenvolvimento local e regional aliado à conservação ambiental.

Referências

AEDO, E. et al. **Turismo sustentable y Áreas Silvestres Protegidas en Patagonia, Chile**. Valdivia – Chile. Sistema de Gestión de las Áreas Silvestres Protegidas, Región de Aysén, Patagonia, Chile. Valdivia: Ediciones Kultrún, 2020. 128 p. Disponível em: de http://www.biblioteca.uach.cl/biblioteca_virtual/libros/2020/338.479AED2020.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2023.

BNDES - Estudo de Viabilidade Concessão Parque Estadual do Tainhas: Produto 1 – Avaliação Comercial e Estudo de Demanda - Parte I. Brasília, DF: BNDES, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 mar. 2023.

_____. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 05 de maio de 2023.

_____. Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico... Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em: 07 de maio de 2023.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

CREMA, A.; FARIA, P. E. P. **Orientações metodológicas para elaboração de planos de uso público em unidades de conservação federais**. Brasília: ICMBio, 2019. 19 p. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/images/stories/ORIENTACOES_PUP_ICMBIO.pdf. Acesso em: 05 maio de 2023.

FERREIRA, L. M et al. **Plano de Manejo do Parque Nacional de São Joaquim**. Brasília: ICMBio, 2018. 72 p. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/images/stories/plano_de_manejo_parque_nacional_de_sao_joaquim_2018.pdf. Acesso em: 05 maio de 2023.

GAUCHAZH. **Turismo abaixo do potencial**. Zero Hora, Porto Alegre, 2 de abril de 2024. Opinião RBS, Notícia. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2024/04/turismo-abaixo-do-potencial-cluhhlqzy00d00124vrlinwxc.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2024.

GUERRA, G; JACQUES, G. Negado pedido da concessionária para fechar cânions de Cambará do Sul. Zero Hora, Porto Alegre, 7 de outubro de 2024. Colunistas. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/giane-guerra/noticia/2024/10/negado-pedido-da-concessionaria-para-fechar-canions-de-cambara-do-sul-cmlzmbx9p004i01gibtntlj1j.html>. Acesso em: 05 de novembro de 2024.

HAWKINS, D. E. **A Protected Areas Ecotourism Competitive Cluster Approach to Catalyse Biodiversity Conservation and Economic Growth in Bulgaria**. Journal of Sustainable Tourism, 12:3, 219-244, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669580408667235>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Série Legislação ICMBio**. Volume 1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: ICMBio, 2009. 70 p. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/legislacao/legislacaoambientalvolume1.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

_____. Relatório de Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais em 2022. Brasília: ICMBio, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/Relatorio2022.pdf> Acesso em: 05 de novembro de 2024.

_____. **Parque Nacional de São Joaquim.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/limite-do-parque>. Acesso em: 01 de maio de 2023b.

_____. **Parque Nacional de Aparados da Serra.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaaparadosdaserra/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 01 de maio de 2023c.

_____. **Parque Nacional da Serra Geral.** Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-da-serra-geral>. Acesso em: 01 de maio de 2023d.

JORNAL PIONEIRO. **Como funcionava a tirolesa que fechou em Cambará do Sul.** Caxias do Sul, 5 de setembro de 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2024/09/como-funcionava-a-tirolesa-que-fechou-em-cambara-do-sul-cm0p51feb00f6012n5g7hpwnz.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

LUQUE, S.; SUTULOV, C. R. L. **Comunidades y áreas protegidas de la Patagonia chilena.** ed. 1. Santiago do Chile: Programa Austral Patagonia - Universidad Austral de Chile, The Pew Charitable Trusts, ONG Patagonia Mar y Tierra, 2021. Disponível em: <https://programaaustralpatagonia.cl/post-libros/comunidades-y-areas-protegidas-de-la-patagonia-chilena/>. Acesso em: 01 maio de 2023.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 75, de 26 de março de 2018. Institui o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens – CONECTA, no âmbito do MMA, com o objetivo de promover a conectividade de ecossistemas e a gestão das paisagens no território brasileiro, por meio de políticas públicas integradas... Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-75-de-26-de-marco-de-2018-8247454>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

MTUR - Ministério do Turismo. Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018. Institui a Rede Nacional de Trilha de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-2/2018/portaria-conjunta-no-407-de-19-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

_____. Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020. Define os critérios previstos no art. 3º da Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018, que institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-2/2020/portaria-conjunta-no-500-de-15-de-setembro-de-2020#:~:text=PORTARIA%20CONJUNTA%20N%C2%BA%20500%2C%20DE%2015%20DE%20SETEMBRO%20DE%202020,->

[Compartilhe%3A&text=Define%20os%20crit%C3%A9rios%20previstos%20no,Longo%20Curso%20e%20Conectividade%20RedeTrilhas](#). Acesso em: 07 de maio de 2023.

_____. **Mapa do Turismo 2022.** Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 5 de abril de 2022.

_____. **Cadastur.** Disponível em: <https://cadastur.turismo.gov.br/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

MULES, T. **Economic impacts of national park tourism on gateway communities: the case of Kosciuszko National Park.** Tourism Economics, 11 (2), 247–259, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5367/0000000054183513>

NOVO CAGED. **Painel de Informações do Novo CAGED.** Dados Setoriais. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDElYWl2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

PORTELLA, L. **Empreendedores observam menos turistas em Cambará do Sul, mas expectativa é de mais movimento para o inverno.** Pioneiro, Caxias do Sul, 14 de abril de 2022. Turismo na Serra, Notícia. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2022/04/empreendedores-observam-menos-turistas-em-cambara-do-sul-mas-expectativa-e-de-mais-movimento-para-o-inverno-cl1zadsqf0041017cou2yrouy.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2024.

REDETRILHAS - Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso. **Caminho das Araucárias.** Disponível em: <https://www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/as-trilhas-da-rede/trilha-regional/caminho-das-araucarias>. Acesso em: 05 maio de 2023a.

REDETRILHAS - Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso. **As Trilhas de Longo Curso e as Unidades de Conservação.** Disponível em: <http://www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/rede-trilhas/a-rede-trilhas-e-as-ucs>. Acesso em: 05 maio de 2023b.

RIO GRANDE DO SUL. **Assinado contrato de concessão dos parques do Caracol e Tainhas.** Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 3 de novembro de 2022. Imprensa, Últimas Notícias. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/assinado-contrato-de-concessao-dos-parques-do-caracol-e-tainhas>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul. **Parque Estadual do Tainhas.** Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/parque-estadual-do-tainhas>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira: efeitos dos gastos dos visitantes em 2018.** Brasília: ICMBio, 2019. 36 p. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes->

[diversas/contribuies Economicas do Turismo_final_web.pdf](#). Acesso em: 05 de maio de 2023.

TABLEAU PUBLIC SOFTWARE. Disponível em: <https://www.tableau.com/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

VIDEIRA, J. A. M. Concessão de Uso Público e Concessão de Direito Real de Uso em Unidades de Conservação. In: BRASIL. **20 Anos da Lei do SNUC**: coletânea de artigos. Brasília: MPF, 2020. 166p. p. 40-59. Disponível em: <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/7685e810-3399-4254-9a32-9dc2f2068957/content>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

ZANROSSO, P. **Guias e empresários do turismo se manifestam contra preço de ingresso a cânions de Cambará do Sul**. Pioneiro, Caxias do Sul, 12 de março de 2024. Parques Nacionais, Notícia. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2024/03/guias-e-empresarios-do-turismo-se-manifestam-contrapreco-de-ingresso-a-canions-de-cambara-do-sul-cltoofgnw006b017ramqj10e9.html> . Acesso em: 28 de agosto de 2024.